

Políticas Públicas de Desenvolvimento Local: O Património como fator de Promoção Turística no Sudoeste Português

J. Nunes & A. M. Machado, Universidade Lusófona

Paulo Nunes, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Introdução

A problemática ligada às áreas ricas em bens patrimoniais continua na base das reações mais diversas e, por vezes, contraditórias, quando nesses espaços ocorre uma classificação.

Se, por um lado, é necessário definir mecanismos legais que garantam a perenidade desses bens, por outro, tais mecanismos vêm despoletando as mais díspares reações por parte das populações locais, seus representantes e demais interessados.

Em Portugal, os territórios que compõem as áreas classificadas, correspondem, na sua maior extensão, às propriedades privadas, cuja classificação é vista pelos seus proprietários e população em geral, como um ato equivalente a uma expropriação.

Os critérios legais que orientam todo o processo decorrem da legislação e orientações internacionais, veiculadas nomeadamente através da União Internacional para a Conservação da Natureza, que conduzem ao estabelecimento de regras de uso do solo e gestão dos espaços classificados.

Os resultados da aplicação de tais critérios são recebidos localmente como inibidores de desenvolvimento.

Objetivos

Constitui objetivo geral deste projeto de investigação analisar como se recebe e reage localmente, no Sudoeste de Portugal, quando a administração Central promove o Ordenamento de uma área classificada. No caso em estudo, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Como objetivo específico, pretende-se: (i) perceber como esse facto se pode transformar num fator de desenvolvimento local, em particular na afirmação do território como destino turístico; (ii) analisar o sentimento de posse e intromissão no território, expresso por diferentes formas e abordagens do quotidiano, bem como a noção que lhes pertence no que diz respeito à responsabilidade pelo estado de conservação dos recursos.

Metodologia

O estudo em questão baseia-se na análise dos documentos resultantes da consulta pública da revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. O que se pretende evidenciar é a forma como a comunidade local se manifesta, quando é chamada a intervir no estabelecimento de regras de uso do espaço que lhes pertence, e como estas, a seu ver, irão condicionar o seu devir histórico.

A metodologia utilizada, porque considerada a que melhor se adequa ao caso em estudo, foi a qualitativa, constituindo a investigação-ação o método essencial, através de um modelo de análise assente no cruzamento de vários percursos metodológicos. A informação recolhida resultou da análise de fontes documentais, tais como bibliografia da especialidade, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutoramento, recorrendo-se ainda à estatística descritiva e de dispersão, bem como a inferência estatística não paramétrica.

Deste modo, a investigação enquadrrou-se num estudo integrado por um fenómeno contemporâneo, desenvolvido para perceber as características subtis que respondem às interrogações sobre o comportamento de um grupo (Fortin, 2009). Insere-se na tipologia dos estudos descritivos, que permitem dar resposta às questões sobre as quais não existe ou existe pouco conhecimento (Bardin, 2009).

Resultados

Na esteira do que afirmam Bogdan & Bilken (1994), tudo o que constitui objeto de análise tem significado “nada é vulgar” considerando assim, que todo o material constante dos documentos analisados tem potencialidades para nos dar pistas que permitam uma compreensão mais elucidativa do objeto de estudo.

Nesse sentido, foi tida em consideração a metodologia qualitativa, por ser esta a que melhor “procura descobrir a essência destes fenómenos, a sua natureza intrínseca e o sentido que os humanos lhe atribuem” Fortin (2009). A preocupação inicial e as interrogações formuladas para orientar a pesquisa estiveram presentes na fase de interpretação e sistematização dos dados, resultando o seguinte apuro:

- 1 - Através da presente investigação, somos levados a inferir que existe uma incomensurável distância entre os objetivos dos promotores da consulta pública e os seus destinatários. A Administração Central tenta adaptar a consulta às necessidades de planejar e ordenar o uso do território. Estas preocupações não são vividas pela comunidade recetora e seus representantes.
- 2 - Observa-se uma total rejeição por parte das comunidades locais, após cruzamento das respostas, dos objetivos traçados pelos promotores da consulta pública. Questões como, direitos dos cidadãos, direito ao usufruto pleno da propriedade privada, conservação da natureza como instrumento de gestão, desenvolvimento e restrições gerais entram no discurso de resposta, como não observados pelos promotores da consulta.

3 - Identifica-se também a panóplia de instrumentos de ordenamento do território, que na opinião local, impossibilitam qualquer desenvolvimento, considerando-se mesmo como o principal travão das aspirações a uma vida digna. É frequente aparecerem perguntas como: serão os animais e as plantas mais importantes que as pessoas?

Constituem estas algumas das principais preocupações emitidas pela generalidade dos respondentes locais e que mereceram a nossa análise e consequente interpretação de resultados.

Conclusão

Em jeito de conclusão, as questões patrimoniais, a sua defesa e valorização constituem-se como fenómenos recentes em Portugal. A problemática que as rodeia transformou-se numa grande nebulosa para a maioria das populações residentes em regiões ricas em valores patrimoniais, sobretudo naqueles espaços que são objeto de classificação. As regras de conservação decorrentes desses atos, por vezes meramente administrativos, carecem de aprofundamento e explicação do que está em causa, sob pena de jamais serem entendidas ou sequer aceites localmente. O emaranhado de leis também contribui para que qualquer território que venha a ser classificado seja repudiado, porque, em regra, não é percebido o objetivo essencial. Tudo proibindo e dificultando, torna-se difícil perceber como se pode valorizar e retirar riqueza de algo em que quase não se pode tocar.

A postura tradicional da Administração Central tem-se baseado predominantemente no exercício da autoridade. Muito raramente na responsabilidade partilhada. As atividades económicas promovidas no território, na maior parte das situações, já foram abandonadas, por não serem rentáveis. São contudo as tradicionais, que garantem o equilíbrio dos ecossistemas.

Apurou-se ainda neste processo de investigação que foram feitas no território promessas sem lhe dar posterior cumprimento, o que tem levado ao descrédito e, em definitivo, ao abandono da crença na decisão política.

Por último e não menos importante, conclui-se que os mais diversos autores, cuja teoria foi analisada, apontam para uma gestão ativa e participada da conservação dos recursos, boas práticas, compatibilização do desenvolvimento/versus conservação, trabalho em rede, entre outras medidas. No fundo, a solução poderá passar por envolver os parceiros locais por via democrática de auscultação, praticando a governação, ato de elevada cidadania e democraticidade.

Bibliografia

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bogdan, R. e Bilken, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.

Ferrão, J. e Costa, J. (2010). *O Ordenamento do Território como Política Pública*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação – da Concepção à Realização*. Loures: Lusociência-Edições Técnicas e Científicas, Lda.

Sabaté, J. (2004). “Paysages Culturels, el Patrimonio como Recurso Basico para un Nuevo Desarrollo”. *Revista Urban, nº 9- Madrid*.